

## **APÊNDICE A METODOLOGIA**

Este apêndice apresenta de forma completa a forma de condução do PPI do CEFET-MG, organizado a partir das fases de construção e o detalhamento do trabalho realizado. Destaca-se que este PPI foi reelaborado por meio do planejamento participativo, entendido como forma de realização da gestão democrática do ensino público, conforme o Art. 206, inciso VI, da Constituição Federal e o Art. 3º, inciso VIII, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9.394/1996 - LDB), que preveem o mesmo princípio de “gestão democrática do ensino público”, além da participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola (Art. 14 da LDB).

Obedecidas as diretrizes legais, todo o conteúdo do PPI foi determinado pelas discussões entre os sujeitos que compõem a comunidade institucional. Contemplou-se a participação de estudantes, professores, técnicos administrativos e de membros da comunidade externa.

Além da constituição de uma Comissão Geral de Elaboração do PPI, e considerando o princípio da elaboração participativa do projeto político-pedagógico, foram constituídas comissões locais, em todos os do CEFET-MG, com a finalidade de fazer valer os interesses locais na proposição das diretrizes gerais que deverão nortear a instituição.

A Comissão Geral promoveu encontros on-line com as comissões locais, com a finalidade de difundir as bases que deveriam orientar o processo democrático de elaboração do PPI. O trabalho foi realizado em cinco fases, como se descreve a seguir.

### **4.1 Fase de preparação**

**Período: maio/2020 a dez./2020**

Nessa fase, a comissão geral estudou as possibilidades para a elaboração coletiva do PPI do CEFET-MG, selecionou textos de referência, elaborou notícias, em colaboração com a Secretaria de Comunicação Social (Secom), e outras

comunicações direcionadas à comunidade acadêmica da Instituição (e-mails e memorandos circulares), participou da criação de materiais de divulgação pela Secom, entre outras atividades. De forma sintética, esta fase incluiu: conhecimento de conceitos; leitura de documentos institucionais, legislação etc.; criação das comissões locais, o que compreendeu desde a execução dos procedimentos necessários para se que fossem exaradas as portarias de nomeação dos seus membros pela Diretoria-Geral até o encaminhamento das portarias aos presidentes das comissões; planejamento da formação dos membros das comissões locais de elaboração do PPI; elaboração de cronogramas; construção do instrumento de consulta/questionário para uma consulta pública inicial à comunidade acadêmica; criação de vídeo institucional, destinado a convidar a comunidade para a discussão do PPI (com a colaboração da Secom); criação do material de divulgação – reuniões on-line, material para redes sociais (com colaboração da Secom); elaboração do relatório da primeira fase (setembro de 2020) e solicitação da prorrogação do prazo para concluir os trabalhos da etapa<sup>5</sup>.

#### **4.2 Fase de elaboração I – Consulta de temas**

**Período: jan./2021 a abr./2021**

Nessa fase, foi realizada uma consulta pública dos temas que deveriam ser objeto de discussão pela própria comunidade na fase seguinte, nas áreas: ensino, pesquisa, extensão e políticas institucionais. O questionário (APÊNDICE A) elaborado pela comissão geral foi aplicado a servidores terceirizados, técnicos-administrativos, professores e alunos. A consulta durou de 03 de fevereiro a 28 de fevereiro de 2021 via formulário do Lime Survey®. Os temas avaliados pelos participantes, assim como as sugestões coletadas, foram organizados num **Caderno de Orientações**, posteriormente divulgado à comunidade, com tais temas e outras orientações para a realização das discussões e proposição das diretrizes.

A organização dos temas foi feita pelos bibliotecários da Biblioteca do Campus Nova Suíça, conforme a Classificação Decimal Universal (CDU). Esse processo exigiu uma série de cuidados, como a exclusão das células sem texto da planilha, exclusão das sugestões que se referiam apenas a juízo de valor, como “bom”, “ótimo”, etc., exclusão

dos artigos, disposição em ordem alfabética. Por fim, a classificação foi adaptada para o agrupamento das categorias, devido à grande variedade de subjetividades contempladas. Em resumo, os passos seguidos nessa organização foram:

- ❑ Organização dos termos:
  - Exclusão de respostas sem texto;
  - Exclusão de respostas como “bom”, “ótimo” e “regular”.
  - Exclusão dos artigos “O” e “A”.
  - Disposição em ordem alfabética.
  - Leitura de todos os termos e identificação de categorias;
- ❑ Organização das categorias conforme a Classificação Decimal Universal (CDU), com adaptações;
- ❑ Agrupamento dentro das categorias e subcategorias;
- ❑ Padronização de termos eliminando as variações (exemplo: retirar as flexões de gênero, número, grau) e junção de alguns termos semanticamente similares;
- ❑ Soma dos termos dentro das categorias e subcategorias.

Numa aba denominada “Outros”, os bibliotecários deixaram os termos cuja classificação não foi possível, tendo em vista a pouca clareza, além das sugestões que implicam diversas áreas. Algumas sugestões também se referiam a uma crítica e não a uma sugestão de tema, não ficando claro o que seria o tema a ser debatido na frase inserida. Por essa razão e por haver entre as sugestões algumas expressões inadequadas para o tipo “sugestão de tema”, a Comissão excluiu essa aba. Assim, foram excluídas: 77 sugestões em “Política de Ensino”; 91 sugestões em “Política de Extensão”; 149 sugestões em “Política de Pesquisa” e 96 sugestões em “Políticas Institucionais”.

Posteriormente, a Comissão fez uma nova reorganização dos temas, agora reunindo-os conforme a pertinência ao tipo de política. Foi necessário transferir alguns temas de uma política para outra, dada a afinidade. Como houve transferência de sugestões de uma área para outra, considerando a pertinência de cada sugestão, as sugestões consideradas, em cada área, conforme as tabelas de ementa que constam no Caderno de Orientações, seção 4, foram:

- Política de Ensino: 1.246 sugestões válidas;

- Política de Pesquisa: 735 sugestões válidas;
- Política de Extensão: 483 sugestões válidas;
- Políticas Institucionais: 839 sugestões válidas.

Todos os processos realizados na organização dos dados coletados foram divulgados à comunidade, por meio de reuniões com as comissões locais, assim como por meio de documentos no site [www.avaliacao.cefetmg.br](http://www.avaliacao.cefetmg.br), no qual se encontra todo o processo de discussão e estruturação do PPI.

Observa-se que o maior desafio vivenciado nessa fase foi a condução de todo o processo de forma 100% remota, tendo em vista o momento de pandemia vivido no mundo em decorrência da COVID-19 e o trabalho remoto implementado nesse período. Apesar das perdas que se observa na ausência de um debate presencial, podemos citar ganhos diversos como a possibilidade maior de participação de sujeitos de diversas localidades por meio das ferramentas on-line de interação. Essa situação perdurou durante toda a construção do PPI, a. A mesma reflexão se aplica às fases seguintes.

### **4.3 Fase de elaboração II – discussão nos campi**

**Período: maio/2021 a nov./2021**

Nessa fase, a comissão local de cada *campus* promoveu a discussão sobre todos os grandes temas constantes nas áreas de ensino, pesquisa, extensão e políticas institucionais, a partir de uma reflexão sobre valores e princípios. Concomitantemente a essa fase, a comissão geral organizou eventos on-line, nos quais foram tratados temas diversos no âmbito das quatro áreas das políticas a serem delineadas pela instituição. As comissões locais tiveram autonomia para estabelecer seu próprio cronograma dentro do prazo mais amplo estabelecido, de modo que contemplassem as especificidades de cada *campus* quanto à disponibilidade. Docentes, técnicos administrativos e discentes puderam escolher participar de temas conforme a afinidade, o interesse e a disponibilidade.

Para as discussões, os grupos utilizaram a ferramenta Matriz SWOT sugerida para a reflexão inicial sobre os temas, devendo essa reflexão resultar em uma proposta com

diretrizes para cada uma das áreas trabalhadas: ensino, pesquisa, extensão e políticas institucionais. Ao final dessa fase, os grupos escolheram representantes para levarem as suas propostas de diretrizes para a discussão na fase seguinte.

A análise SWOT (*Strengths* – Forças; *Weaknesses* – Fraquezas; *Opportunities* – Oportunidades; *Threats* – Ameaças) é uma ferramenta que consiste na análise do **ambiente interno** de uma instituição, no caso o CEFET-MG, por meio da investigação de suas **forças e fraquezas**, e do **ambiente externo** a partir da identificação de **ameaças e oportunidades**. Essa ferramenta auxilia na tomada de decisões, por meio da percepção do macroambiente analisado, no caso o CEFET-MG/*campus*. Ela tem como objetivo promover um **diagnóstico estratégico** com previsão de desafios e análises de prevenção, ao mesmo tempo que direciona o tomador de decisão no que tange às diretrizes a serem seguidas, norteadas pelo PDI, os Projetos Pedagógicos de Curso (PPCs) e demais documentos balizadores do CEFET-MG.

O método SWOT nada mais é do que uma abreviatura de quatro focos de análise. Leva em consideração:

- a. os êxitos (objetivos alcançados, aspectos fortes, benefícios, satisfação);
- b. as deficiências (dificuldades, fracassos, aspectos fracos, descontentamento);
- c. potenciais (capacidades sem explorar, ideias de melhoramento) e;
- d. os obstáculos (contexto adverso, oposição, resistências contra mudança).

Cabe refletir que a etapa de discussão nos campi do CEFET-MG representou grande desafio, novamente devido ao cenário da pandemia da COVID-19. As limitações impostas à realização de encontros presenciais exigiram inovações no que se refere ao planejamento das ações locais, bem como para realização de reuniões plenárias.

As comissões locais tiveram total autonomia para a realização da etapa de discussão, o que proporcionou um olhar local para o PPI e a garantia de que as proposições emanadas das comissões locais chagassem à comissão geral para a síntese.

#### **4.4 Fase de elaboração III – síntese**

**Período: dez./2021 a jan./2022**

Nessa fase, formaram-se grupos, com representantes dos *campi*, com livre adesão da comunidade. O objetivo do trabalho nessa fase foi integrar, unificar e aperfeiçoar as propostas de diretrizes elaboradas em cada *campus*, levando em conta as visões dos diferentes *campi* sobre a matéria. Assim, foram constituídos quatro grupos distintos, cada um com foco em uma área para discussão (ensino, pesquisa, extensão e políticas institucionais), os quais tiveram em sua composição representatividade de todos os *campi*, por meio de seus membros.

#### **4.5 Fase de revisão e aprovação**

**Período: abr./2022 a mai/2022**

Nessa fase, o texto do PPI foi disponibilizado no site [www.avaliacao.cefetmg.br](http://www.avaliacao.cefetmg.br) para leitura e contribuição pelos *campi*. Na disponibilização da minuta do texto para a comunidade, a Comissão Geral ressaltou o processo de discussão que resultou no texto, que considerou e incorporou diferentes visões sobre os temas constantes no documento. Dessa forma, as comissões locais deveriam levar em conta aquilo que já foi discutido nos *campi* e nos grupos constituídos em torno de cada uma das políticas. Assim, as contribuições a serem encaminhadas deveriam ter por objetivo aquilatar as ideias, complementá-las e torná-las mais compreensíveis. Os sujeitos também deveriam avaliar se a minuta contemplou todas as ideias discutidas nas fases anteriores.

As contribuições recebidas diziam respeito ao melhor esclarecimento e especificação de termos. Assim, a Comissão Geral as incorporou, fazendo uma última revisão do texto, para encaminhamento ao Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE).